



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 559788 - SP (2020/0024314-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL KODAMA - SP421486  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DENNER DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE FURTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DENNER DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2253241-07.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que foi convertida a prisão em flagrante do Paciente em preventiva, no dia 06/11/2019 (fls. 23-25).

Posteriormente, o Investigado foi denunciado "*como incurso no artigo 155, 'caput', na forma do artigo 14, II, ambos do Código Penal*" (fl. 97), pois, em tese, "*tentou subtrair, para si ou para outrem, 06 (seis) frascos de desodorantes das marcas Dove e Rexona*" (fl. 96).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte de origem (fls. 43-48).

Neste *writ*, a Defensoria Pública de São Paulo alega, em suma: a) a ausência dos requisitos e de fundamentação idônea para a prisão processual, sobretudo porque há dúvidas sobre a insignificância da conduta praticada pelo Paciente; b) a desproporcionalidade da custódia cautelar; c) a suficiência das cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 132-133).

As informações foram prestadas (fls. 140-144 e 147-148).

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 150-156, opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* ou, no mérito, pela sua denegação.

É o relatório.

Decido.

O Magistrado de piso, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, consignou que o Paciente "*possui condenação anterior por roubo e responde a processo pela prática de crime de furto. Inclusive foi detido em flagrante delito em 17.05.2019, quando foram aplicadas medidas*

cautelares, insuficientes para afastá-lo do mundo marginal, autorizando, portanto, a prisão preventiva, nos termos do art. 313, II, do CPP" (fl. 24).

O Tribunal local, por sua vez, ao ratificar a decisão de piso, mencionou que (fls. 46-47; sem grifos no original):

*"Em consulta ao sistema informatizado deste E. Tribunal (INTINFO) e à certidão de distribuição de feitos criminais (fls.35/ 41), verifica-se que o paciente ostenta condenação definitiva anterior por roubo majorado, além de responder atualmente por furto em sede do processo 1501041-05.2019.8.26.0537, em trâmite na 1ª Vara Criminal do Foro de São Bernardo do Campo, observando-se que, no referido feito, lhe foi concedida a liberdade provisória em 17 de maio p.p., mediante a aplicação de medidas cautelares diversas.*

*Diante do panorama revelado nos autos, verifica-se remanescerem presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, previstos no artigo 312 do CPP, com vistas, in casu, à garantia da ordem pública, à conveniência da instrução processual e à salvaguarda da aplicação da lei penal, porquanto, em que pese não se configurar excessivo o valor da res furtiva, deve ser sopesado o fato de que a constatada reiteração delitiva do paciente demonstra a periculosidade por ele apresentada, restando necessária, adequada e proporcional a manutenção da sua custódia preventiva, sendo inviável, na hipótese, a sua substituição por medidas diversas da prisão, mormente ao se considerar que o delito a ele imputado foi cometido apenas alguns meses depois de ter Denner sido beneficiado, em outro feito, com a concessão da liberdade provisória mediante a aplicação de cautelares previstas no artigo 319 do CPP, fato que é a cabal demonstração da insuficiência destas."*

Como se vê, a manutenção da segregação cautelar encontra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, ante o risco concreto de reiteração delitiva, considerando que o Paciente apresenta **reiteração específica em delitos patrimoniais (furto e roubo)**, sendo destacado, pelas instâncias ordinárias, que, em 17/05/2019, foi concedida liberdade provisória mediante o cumprimento de cautelares alternativas à prisão, que foi descumprida, pouco tempo depois, com a prática do crime ora em análise.

Ademais, nesta fase processual, não há como prever a quantidade de pena que eventualmente poderá ser aplicada, caso o Recorrente seja condenado, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado, de modo que não se torna possível avaliar a arguida desproporção da prisão cautelar imposta.

Por fim, demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora